

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Rede de negócios no registro de Curitiba na passagem do século XVIII para o XIX

Maria Lucília Viveiros Araújo*

Resumo: Entre os anos 1790 e 1810, duas sociedades de negociantes paulistas arremataram o registro de Curitiba. Os contratadores aproveitavam-se desses pontos estratégicos e da sua situação privilegiada para desenvolver uma série de atividades comerciais com vistas à maximização dos seus lucros. Dessa forma, propomos analisar os diversos negócios explorados nessas paragens, as estratégias de enriquecimento desses comerciantes, assim como suas alianças comerciais e familiares. Concluímos que esse comércio revitalizava a economia da parte sul da América Portuguesa e favorecia o crescimento da burguesia regional, no entanto, parte dessas trocas ainda continuava ligada ao modelo comercial monopolista do Antigo Regime.

Palavras-chave: História da América Portuguesa, História Econômica de São Paulo, História dos tributos.

Abstract. We analyze the diverse businesses explored in the Register of Curitiba and the strategies of enrichment of these traders. This commerce revitalized the economy of South of Portuguese America and favored the growth of the local bourgeoisie, at the same time, these exchanges followed the monopolista commercial model of the Old Regime.

Key words: Economic History of São Paulo; Economic History of Portuguese America; tributes.

No século XVIII, a Coroa portuguesa passou a tributar as atividades econômicas ligadas às atividades das Minas. Dentre esses tributos, destacamos as passagens dos rios, as entradas e a contagem dos animais. Dada a posição estratégica da capitania de São Paulo, parte significativa dos Registros ficava em seu território. Os Registros foram inicialmente administrados pela Fazenda Real, a seguir, foram arrematados por negociantes, na falta de interessados, retornavam para a administração direta (RECEITA FEDERAL; AMED, 2000).

O Registro de Curitiba teve sua arrecadação em ascensão. Em 1751, a Real Fazenda arrecadou 19:280 contos de réis; para os triênios 1777-83, Manoel de Araújo Gomes, do Rio de Janeiro, e o capitão Manoel Antônio de Araújo, de São Paulo, arremataram o contrato dos animais por 34:010 contos de réis, além do novo registro da passagem do rio Curitiba por 211\$000. Os sócios mestre-de-campo José Vaz de Carvalho, tenente-coronel Paulino Ayres Aguirra, dr. Francisco José de Sampaio Peixoto e o capitão-mor de

* Pesquisadora com projeto de pós-doutorado em História Econômica na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Guaratinguetá Manuel da Silva Reis arremataram o contrato dos meios direitos dos animais criados nas fazendas do Rio Grande de São Pedro até Serra Acima e os direitos completos dos animais criados nas fazendas de Serra, Vacaria e Lajes até o Registro de Curitiba por 18 contos de réis pelo triênio de 1796-98. No triênio seguinte, os sócios pagaram 36:720 contos de réis e, de 1801 a 1805, 50:401 contos de réis.

Nossa comunicação tem por objetivo analisar as contas desses últimos contratos do Registro de Curitiba e refletir sobre as oportunidades de negócios e acumulação dos comerciantes paulistas sob o regime monopolista do Antigo Regime.

O comércio intra-regional e os registros da capitania de São Paulo

A partir da exploração do ouro nas minas e das necessidades de transporte de mercadorias para essa região, cresceu muito a demanda por mulas nas áreas de mineração. Foi criado então um caminho terrestre permanente do Sul para São Paulo. A Estrada Real ligou Viamão (Rio Grande do Sul), Curitiba (Paraná) e Sorocaba (São Paulo) às Minas nos anos 1730. O coronel de milícias Cristóvão Pereira de Abreu teria auxiliado o traçado do caminho, recebendo assim mercê dos meios direitos do registro de Curitiba por 12 anos, concedida para Thomé Joaquim da Costa Corte Real, conselheiro do Conselho Ultramarino e secretário de Estado dos Negócios da Marinha na segunda metade do Setecentos (HAMEISTER, 2002). A seguir, foram instalados o Registro da Patrulha ou Viamão, hoje cidade de Santo Antônio da Patrulha; o Registro de Curitiba, provavelmente às margens do rio Iguaçu; por último, o Registro de Santa Vitória, às margens do Rio Pelotas.

Segundo Carlos Eduardo Suprinyak (2006), o capitão-general da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel (1727-1732) organizou o sistema de contagem de animais e arrecadação de impostos cujos condutores não pagavam os direitos em Curitiba, eles recebiam uma guia, abonada por um fiador, para ser liquidada em Sorocaba.

Esses tributos foram transferidos para terceiros em meados do século XVIII. A Coroa recebia um valor estipulado ao final de cada ano do contrato, ficando o arrematador na obrigação de contar e cobrar os impostos dos condutores de animais. Até a organização do Estado brasileiro, diversos grupos de negociantes disputaram os direitos da cobrança dos impostos na passagem de animais de Curitiba e Sorocaba (COSTA, 1985). A partir de 1819, Antônio da Silva Prado arrematou o Registro de Sorocaba e tentou controlar o preço dos animais na praça do Rio de Janeiro (PETRONE, 1976).

Os historiadores têm estudado essa documentação visando a identificar o número de animais comercializados, seus valores e os lucros auferidos, em outras palavras, para reconstituir a dinâmica do comércio de carnes e do transporte.

Na dissertação de mestrado, Suprinyak (Op. cit.) pesquisou o registro de Rio Negro e a barreira de Itapetininga no período Imperial, de 1830 a 1869. Em artigo, em conjunto com Renato Marcondes (2006), esse autor retoma a questão do comércio de animais, utilizando as *Lista geral dos meyos direitos pertencentes aos senhores contratadores, o capitão Francisco Cardozo de Menezes e Souza e Sebastião d'Alvarenga Braga, das tropas que passarão neste rezisto de Curitiba*, de 1765 a 1767, e a série do registro de Sorocaba de 1779 a 1782. Essas séries são comparadas com os dados da pesquisa de Martha Hameister do registro de Curitiba do triênio 1769-71 (Op cit). Viviane Tessitore (1995) identificou o valor desse imposto estacionado até 1870 em 2\$800 para muar, 2\$000 cavalos e \$480 vacum. Resumindo, esses estudos identificaram o valor do imposto, o percentual de animais em circulação, os principais negociantes de tropas e seus fiadores.

Nossa comunicação retoma o registro de Curitiba na passagem do século XVIII para o XIX com intuito de identificar a rede de trocas instalada na localidade e as possibilidades de lucros desses empreendimentos. Para isso, utilizamos a prestação de contas das sociedades anexadas aos inventários dos contratadores.

A sociedade dos meios direitos da Casa Doadada de Curitiba

O Dr. Francisco José de Sampaio Peixoto arrematou o contrato de Curitiba nos triênios de 1799-1805, em sociedade com o sogro, o brigadeiro José Vaz de Carvalho e o tenente-coronel Paulino Ayres de Aguirra (ARAÚJO, 2006).

Paulino Ayres Aguirra foi negociante de tropas, arrematador de contratos, fazendeiro e criador em Sorocaba. Era casado com Maria de Nazareth em segundas núpcias, faleceu em 1798, seu um monte-mor foi avaliado em 29 contos de réis. Ele participou da fase de arrematação do contrato, mas coube a Sampaio Peixoto executá-lo e prestar contas ao espólio. Aguirra havia participado antes da sociedade da cobrança dos dízimos de Curitiba com o mestre-de-campo Manoel de Oliveira Cardoso e Francisco Pinto Ferraz¹.

O tenente-coronel Francisco José de Sampaio Peixoto (1751-1811), português, formado em direito, fora casado em Portugal, entre 1770 e 1804, com Ana Pereira de Souza.

¹ Hameister identificou o mestre-de-campo Manoel de Oliveira Cardoso como inspetor da passagem de Curitiba de meados do século XIX. Esse comerciante faleceu em 1795, mas o inventário foi encerrado somente em 1817. Descontadas as dívidas do Registro de Curitiba e do Dízimo da capitania para a Real Fazenda, restaram 12 contos de réis que ficaram com o Estado aguardando possíveis herdeiros.

Pai e filho foram negociantes e juizes em São Paulo. Após a viuvez, casou-se com Jacinta Cândida de Macedo e Carvalho², mais nova que ele trinta e seis anos. O casal morava na Rua Direita, num sobrado de três lanços, avaliado em 2:400 contos de réis, e tinha ainda um sítio na Lapa. Os bens de raiz representavam 16% e os créditos de seus dois inventários 68%³.

O brigadeiro José Vaz de Carvalho (1746-1823) era português, casado com Escolástica Joaquina de Macedo, negociante de bestas do sul, morador na Rua Direita. Seu nome aparece em várias histórias da cidade como negociante e arrematador de contratos bem-sucedido, contudo estava falido. Seus bens foram avaliados em aproximadamente 9 mil contos de réis, com dívidas de 24 contos de réis. Seu maior credor era o senador Vergueiro, com 14:570 contos de réis, e sua filha Jacinta, com uma dívida de 8:603 contos de réis, correspondente às contas do contrato de Curitiba, que o pai não havia acertado. Os bens pessoais e os metais preciosos somavam 13,5% dos bens; a propriedade mais cara era o sítio de Cotia, local de internada dos animais que vinham de Curitiba. Parece que o negociante acumulou muitas dívidas perdidas e foi protelando a prestação de contas com os sócios, até tornar-se insolvente.

Receita dos meios direitos de Curitiba		
1º triênio 1799-1801		
Curitiba	60.676.500	
S.Vacaria	5.855.030	
D.Lages	1.578.320	
Subtotal	68.109.850	
2º triênio 1801-05		Crescimento
Curitiba	104.401.180	72,1%
S.Vacaria	8.894.460	51,9%
D.Lages	2.370.320	50,2%
Subtotal	115.665.960	69,8%
Total	183.775.810	

Fonte: inventário nº 1583, do 1º Ofício da capital, AJESP.

Centraremos nossa atenção no anexo do inventário do tenente-coronel Sampaio Peixoto “Francisco Jose de SamPayo Peixoto”. A viúva apresenta ao Juiz dos órfãos o

² Sobrinha de Maria Francisca Xavier de Matos, viúva de rico comerciante da capital.

³ Conforme inventários nº 493 (20 contos de réis) e 1583 (28 contos de réis), de 1811, do 1º Ofício da Capital, AJESP.

“Extratcto do ajustamento da conta dos Meios direitos de Curitiba rematados em Sociedade por 7 anos que findarão em Dezembro de 1805, e Passagem do Rio Negro”.

Essas contas foram divididas em dois triênios. De 1799 a 1801, haviam arrecadado 60:676\$500, acrescido de 5:855\$030 dos direitos de Cima da Serra do triênio, mais 1:578\$320 do distrito de “Lagens”, totalizando 68:109\$850. No segundo triênio, de 1802 a 1805, a arrecadação aumentou consideravelmente, passou para 104:401\$180, os direitos de Cima da Serra de Vacaria foi de 8:894\$460, do Distrito de “Lagens” foi 2:370\$320, somando 115:665\$960. A receita dos impostos alcançara 183:775 contos de réis, quantia equivalente à passagem de 92.000 ou 15.332 cavalos ao ano. Petrone encontrou nas contas do registro de Sorocaba de 1820, do barão de Iguape, circulando 26.539 animais e tendendo a subir. Hameister identificou a passagem de 9.770 animais no registro de Curitiba em 1769, e de 10.915, em 1771.

Haja vista que o valor do imposto fora congelado, houve um crescimento de 69,8% na passagem de animais entre o primeiro e o segundo triênio. O “registro” de Curitiba tinha o maior fluxo deles e tendia a crescer em torno de 72%, enquanto as passagens de Cima da Serra de Vacaria e do distrito de “Lagens” expandiu aproximadamente 50%.

O documento informa ainda sobre a loja de fazendas e gêneros que a sociedade mantinha no registro para a “assistências das tropas, e vendas a vista” adquiridas por 53:531\$771 e vendidas, no tempo da existência do contrato, por 72:303\$608, promovendo um lucro de 35%. Essa loja, da época de Oliveira Cardoso (HAMEISTER, Op. cit.), possibilitava diversificar os negócios com os criadores e condutores de animais do sul. Possivelmente todos os registros tivessem esses estabelecimentos, entretanto, foram omitidos na documentação. Devia ser um local privilegiado para a venda de fazendas secas e de molhados. Muitos criadores vendiam os animais nessas passagens, estavam, portanto, com dinheiro e disposição para adquirir mercadorias e retornar. Não localizamos nas vilas paulistas da época nenhuma loja com esse valor em mercadorias. A loja do brigadeiro Luís Antônio, no porto de Santos, tinha estoque avaliado em 14:000 contos de réis⁴.

Seguem as despesas da sociedade. No primeiro triênio, foram pagos na Junta da Real Fazenda 36:720\$000 e no segundo, 50:401\$440 (37%), quer dizer, a arrecadação crescera proporcionalmente mais que o valor do pagamento dos direitos. Entre os descontos inerentes ao contrato, constam duas guias de 251 cavalos da Real Fazenda que deveriam pagar 251\$000 mil réis, considerando essa informação, o imposto sobre os eqüinos era mil réis, logo poderia ter passado o dobro de animais pelo registro. O contratante apresentava essas guias ao

⁴ Inventário nº 530, 1819, 1º Ofício, AJESP.

inspetor do registro de Sorocaba para receber o dinheiro, os atrasados eram quitados com juros, por isso os sócios receberam desse inspetor 1:603 contos de réis. Por outro lado, eles descontaram 1:073 contos de réis das falências. O valor total das despesas chegou a 107:191 contos de réis.

As contas são sumárias. Somada a parte da Real Fazenda, os 8% da propina, o custeio dos sócios, os impostos perdidos por falências, segue-se o lucro de 63%. Não são computados gastos com mão-de-obra (caixeiro e escravos) ou seguro. É possível que um camarada da confiança do contratador fosse residir na passagem. Não localizamos a correspondência de nenhum comerciante, nossas informações restringem-se às prestações de contas.

Os três sócios dividiram então 98:135 contos de réis, ou 32:711 contos de réis para cada um, inclusos os lucros da loja de fazendas e gêneros. Uma quantia considerável para os padrões da época em São Paulo, somente Ana F. Novaes de Magalhães, em 1805, havia acumulado fortuna maior que os ganhos nesse registro (72 contos de réis)⁵. Ela era casada com Francisco Pinto Ferraz, da sociedade com Aguirra e Oliveira Cardoso dos dízimos de Curitiba de 1789/92, e do contrato do dízimo de Mogi Mirim. Todos eles acabaram investindo em propriedades rurais.

Mas se compararmos o desempenho da referida sociedade com os negócios de Antônio da Silva Prado, nossos números parecem razoáveis. Petrone informa-nos que o barão de Iguape vendeu os dízimos de Curitiba, em 1818, com lucro de 56%. No triênio 1820 a 1822, em sociedade com os negociantes do Rio de Janeiro, Manoel e Custódio Moreira Lírio, empatou 37:173 e arrecadou 52:264 contos de réis no contrato de Sorocaba, com lucro de 45,9% (talvez seja 41%). No mesmo período, no contrato de Cubatão, a sociedade teve lucro líquido de 31,5%. Parece, portanto, que o percentual dos lucros dos Registros paulistas estava em ascensão.

Certamente o grande proveito dessas barreiras era a possibilidade de manipulação dos preços. Petrone observou que o barão de Iguape, antes dos negócios das tropas, tentou forçar a subida do preço dos animais de corte e acabou tendo prejuízo, pois os animais de corte vinham de várias províncias, não sendo possível controlar seu afluxo somente pelo Registro de Curitiba e Sorocaba. O comerciante centrou então seus esforços no comércio de mulas. Um representante estacionava os animais na região de Sorocaba, enquanto outro pesquisava a cotação dos preços no Rio de Janeiro, estudando a melhor ocasião para a chegada das tropas.

⁵ Inventário nº 1090, 1805, do 1º Ofício da capital, Arquivo do Judic. Est. S. Paulo.

Os antigos historiadores referiam-se aos rendimentos fantásticos do comércio tradicional paulista, hoje, ele não seria considerado um grande negócio. Eram empreendimentos ousados e arriscados, em locais distantes, com população esparsa, retorno duvidoso, a longo prazo, muitos podiam render cerca de 50%, mas muito perdia-se também. Esses fatores podem explicar o interesse dos comerciantes paulistas pelas propriedades agrícolas.

Em seguida, localizamos as contas das tropas adquiridas por Vaz de Carvalho e Sampaio Peixoto em sociedade. Essa documentação oferece dados interessantes sobre os negócios de animais entre as barreiras de Curitiba e Sorocaba. A primeira tropa foi comprado do capitão Narciso José Pacheco. Eram 560 bestas por 15\$000 cada, e 13 cavalos, por 8\$000 cada um, totalizando 8:537\$600. De Curitiba à invernada em Cotia, eles gastaram mais 310\$205 (178\$080 novos impostos de Sorocaba, capataz 38\$684, dois camaradas e despesas menores), totalizando 8:847\$805. Lucraram 1:035\$795, 11,7%. Outra tropa comprada do coronel Manoel G. Guimarães proporcionou 17,7% de lucro. Foram 254 bestas compradas a 12\$000 cada uma, eles pagaram 81\$280 pelos novos impostos de Sorocaba e venderam os animais por 3:810\$000.

Os compradores dessas tropas provinham de diferentes localidades, Goiás, Minas Gerais, Lorena, Sabará, arraial de São Simão. No custo dos animais era incluído o valor da compra, sacos de sal, invernada, coxo e curral, novos impostos, camaradas para o transporte, mas não são apontados gastos com caixeiro, escravos ou seguros.

Maria Thereza S. Petrone (Op. Cit.) estimou que o barão de Iguape teve lucros entre 19 e 64% com as mulas, com o capital aplicado entre 12 e 18 meses. Os exemplos de negócios de tropas acima apresentados indicam que os lucros com as tropas, no início do Oitocentos, não eram exagerados, e por isso o barão de Iguape passou a negociar bestas controlando toda a oferta desse produto. Após a Independência, o preço das bestas teria aumentado 400% (ARAÚJO, Op. Cit.).

Notamos importante diferença entre as estratégias de Sampaio Peixoto e de Silva Prado. Sampaio Peixoto havia montado um sistema comercial da tradição comercial paulista. Seus lucros provinham da diferença entre a parte devida à Real Fazenda e a cobrança do direito dos animais que passavam por Curitiba. A sociedade aproveitava então a posição estratégica e vendia outros produtos (fazendas secas e gêneros), adquiria também animais para serem revendidos em Sorocaba, aceitava receber em espécie (principalmente escravos) para revenda ou fornecia crédito. Eles comercializavam de tudo, em alguns ganhavam mais, em outros menos. Na revenda dos animais, seu percentual de ganho dependia de conseguir um

bom preço em Curitiba e realizar uma excelente venda em Sorocaba. Não localizamos negócios com o Rio de Janeiro, os compradores de Sorocaba prosseguiram a jornada até o consumidor. Sampaio Peixoto usufruía, assim, de parte da longa viagem dos semoventes de São Pedro até a corte. Esses negócios davam bons lucros para os padrões do sul, mas eram modestos se comparadas às transações realizadas no Rio de Janeiro.

Silva Prado inaugura outra forma de negociar nas barreiras paulistas. As vendas dos importados devem ter reduzido significativamente com a concorrência dos comissários ingleses após o Tratado de 1808, por isso sua loja de fazendas visava, particularmente, aos pregões do governo provincial. Os ganhos com os impostos passaram a ser secundários, alguns foram revendidos (com bons lucros). Ele decidiu, então, vender os animais diretamente na Corte controlando o preço de venda. Para adquirir todos os animais em Sorocaba e controlar a oferta, ele precisava de muito capital de giro, para isso associou-se ao irmãos Moreira Lírio. Enfim, ele transformou o comércio de animais antes a retalhos num grande atacado em Sorocaba. Parece uma história de glórias, nenhum paulista havia antes desafiado a poderosa praça do Rio de Janeiro, mas isso deve ter provocado a alta dos preços dos animais e reduzido o número de comerciantes antes envolvidos nessa atividade.

Considerações finais

Sérgio Buarque de Holanda, no prefácio do livro de Maria Theresa Petrone, afirmou que o fazendeiro era também um comerciante, pois tinha que negociar sua produção. O professor tinha razão, pois muitas das grandes fazendas paulistas foram adquiridas com os lucros do comércio terrestre.

Os negócios de Curitiba nos fornecem informações das estratégias dos paulistas para participar das atividades mercantis da América Portuguesa utilizando capital menor que seus pares do comércio exterior da praça do Rio de Janeiro ou da Bahia.

Não se organizou ainda uma lista desses antigos contratadores. Essa documentação está dispersa em diferentes arquivos, a maioria pode estar perdida. No entanto, nossas informações apontam que diferentes grupos de comerciantes de São Paulo puderam arrematar esses contratos até a Independência.

Os comerciantes compravam e vendiam nas barreiras as mercadorias locais, tais como gado, mulas e cavalos, mas vendiam também as fazendas secas e as bebidas do comércio exterior recebidas de Lisboa pelo Porto do Rio de Janeiro ou de Santos. Recebiam em dinheiro ou espécie, os escravos entravam nessas trocas. Até a abertura comercial de 1808,

os comerciantes paulistas foram certamente os representantes privilegiados do comércio internacional no sertão.

Referências bibliográficas

AMED, Fernando José; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. História dos tributos no Brasil. São Paulo: sinafresp, 2000.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006.

COSTA, Hermani Maia. *Barreiras de São Paulo* (estudo histórico das barreiras paulistas do Séc. XIX). São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-1763)*. Niterói, RJ, 2002. Dissertação (Mestrado) UFRJ.

MARCONDES, Renato; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, XII, Anais... BH, Cedeplar, UFMG, 2006.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O barão de Iguape, um empresário da época da independência*. SP: Nacional, 1976.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Comércio de animais de carga no Brasil imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo*. Araquara, SP: 2006. Dissertação (Mestrado) FCLAr/Unesp.

RECEITA FEDERAL.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/registros.asp>

TESSITORE, Viviane. *Fontes da riqueza pública: tributos e administração tributária na província de São Paulo (1832-1892)*. São Paulo, 1995. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. SP: Ed. Pub. e Com., 1992.